

ATA DE REUNIÃO

Data: 04.07.2019

Local: Salão Nobre da Presidência

Presenças: Des. **Vania Maria Cunha Mattos**, Presidente do TRT4;

Des. **Laís Helena Jaeger Nicotti**, Coordenadora dos Comitês de Combate ao Assédio Moral e Gestor Local de Atenção Integral à Saúde;

Juíza do Trabalho **Elisabete Santos Marques**, Juíza Auxiliar da Presidência, integrante do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde e Coordenadora do Comitê Permanente de Acessibilidade e Inclusão;

Servidora **Flávia Flores da Cunha Moraes Not**, Assessora-Chefe Administrativa da Secretaria-Geral da Presidência;

Servidora **Bárbara Burgardt Casaletti**, Diretora-Geral;

Servidora **Maria Augusta Kinnemann**, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas (Segesp);

Servidora **Patrícia Fernanda Rael**, Assistente-Chefe da Seção de Acompanhamento Funcional (SAF);

Servidora **Fabiana da Silva Perdomo**, Coordenadora da Coordenadoria de Saúde;

Servidora **Ellen Alves de Almeida**, médica psiquiatra da Coordenadoria de Saúde;

Servidora **Caroline de Oliveira Bertolino**, Psicóloga do TRT4, Coordenadoria de Saúde;

Servidora **Carolina da Silva Ferreira**, Assessora-Chefe da AGE.

Secretária: Gabriela Balbinot (AGE)

Horário: 15h45min – 17h

Aos quatro dias do mês de julho do ano de 2019, às 15 horas e 45 minutos, no Salão Nobre da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, ocorreu reunião institucional, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi coordenada pela Excelentíssima Desembargadora Vania Cunha de Mattos, conforme registro que segue: Desª Vânia iniciou a reunião informando que esta foi provocada pela Juíza Auxiliar da Presidência, Elisabete, solicitando a identificação de todas as presentes e afirmando que a servidora Fabiana, por delegação da Presidência, tem a atribuição de controlar o horário de jornada e a organização da Coordenadoria de Saúde, e passou a palavra à Juíza Elisabete, que mencionou que saúde não pode ser tema apenas de iniciativas, mas deve ser institucionalizada, que há muitas ações sendo realizadas, mas que estão soltas, que há o Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, o Comitê de Combate ao Assédio Moral que, por sua vez, está elaborando uma cartilha e um fluxograma para as denúncias, que envolverão as áreas de Saúde e de Acompanhamento

Funcional. Acrescentou que receia que na mudança de Administração, o foco sobre o tema da saúde possa ser abandonado ou prossiga de forma menos importante, menos priorizada. Mencionou, ainda, que, com a redução orçamentária e a redução de servidores, o tema da saúde adquire importância maior ainda. Referiu que pensou juntamente com a Desª Vania em chamar outro psicólogo do concurso do TRF para auxiliar no TRT4. Desª Laís mencionou que entende ser necessário um médico do trabalho no TRT4. Desª Vânia comentou que saúde é saúde mental, física, e com consequências muito graves para efeito de Administração, pois os servidores devem estar com sua saúde em dia para poderem produzir. Acrescentou que saúde não é apenas um projeto para ser cuidado, e que é necessário ter em mente que estão a 6 (seis) meses do final da atual gestão e precisa haver visão de futuro. Prosseguiu falando que o tema saúde precisa ser cuidado e que devem desenvolver a cultura de cuidar de saúde. Juíza Elisabete mencionou que existem muitos projetos necessários e exemplificou com os de pré aposentadoria e acompanhamento dos servidores em teletrabalho, concluindo que é necessário elaborar um programa para deixar a saúde em primeiro lugar, que a intenção com esta reunião foi a de organizar isso, para ampliar, melhorar e fazer de uma forma que não sobrecarregue determinado setor ou determinado servidor. Fabiana comentou que a Coordenadoria de Saúde hoje está contando com poucos médicos. Desª Laís completou mencionando que o número de pessoas que lá são atendidas é muito grande mesmo e perguntou, enquanto coordenadora do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, que fim houve quanto à realização de suas atividades, pois havia sido instado a aguardar para prosseguir o trabalho e até o momento não recebeu provocação. Carolina entrou no assunto agradecendo que conversou antes da reunião com algumas das participantes presentes e informou que a AGE foi provocada para essa reunião no dia anterior. Prosseguiu mencionando que atualmente a Assessoria se encontra absorvida em uma rede de entregas para a Presidência, na qual todas estão relacionadas ao tema da saúde. Acrescentou que no ano de 2018 foi realizada reunião com a Desª Laís sobre o Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, que está “amarrado” com o Trabalho Seguro, sendo que houve chamado da Desª Vania para que trabalhasse em núcleo menor. Mencionou, na sequência, que a AGE está diante da tarefa de apresentar, inclusive a pedido da Comissão de Movimentação de Servidores, proposta para deixar a Coordenadoria de Saúde “redonda”, sendo que é preciso haver dedicação para sua reestruturação, de forma que possa abarcar todas as suas atribuições. Prosseguiu afirmando que a AGE está assessorando todas essas questões e que conversou com o Des. Emílio que, como gestor do Programa Trabalho Seguro, informou que é parceiro nessas iniciativas e entende que o Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde é prioritário. Por fim, mencionou que, diante de todas essas demandas, trazia proposta para que os Comitês sejam

reunidos, juntando-se todas as atividades que ocorrem no tribunal. Sugeriu efetivar tal reunião sob coordenação da Desª Laís, por ser Ouvidora e coordenar o Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, acrescentando que a Ouvidoria também tem importância estratégica nesse tema, pois todos confluem para a saúde. Informou que a AGE ofereceria suporte organizando todas essas demandas, sob orientação da Presidência, para mapear tudo que ocorre quanto ao tema pois estão pendentes a entrega da análise dos relatórios de saúde e a realização de reuniões quanto ao Prêmio de Qualidade do CNJ, considerando também que a Ouvidoria é canal para as notícias de assédio, que envolvem também questões do Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade. Em resumo, mencionou que as atividades acontecem, que há muitas pessoas envolvidas e que a saúde é um tema essencial e está pulverizado na instituição, porém ninguém enxerga. Desª Vania concordou mencionando que são muitas as questões, são denúncias de assédio, temas de equidade, questões de serviço médico, que há muita coisa que aparece e já inclusive estão sendo realizadas as Rodas de Conversa, que estão dando certo. Desª Laís referiu que recebe muita coisa pela Ouvidoria mesmo, que é um canal de muitos assuntos. Desª Vania prosseguiu exemplificando que a Coordenadoria de Saúde é outro local onde existe muita coisa que é crítica, com os médicos se aposentando, citou a saída do Dr. Belli, por exemplo, e acrescentou que não foi possível fazer com que ele permanecesse no Tribunal, pois teria que mudar de função e que realmente gostava de atender os servidores. Mencionou também que no dia anterior foi realizada reunião para tratar de assuntos dos terceirizados com a Bárbara. Carolina comentou que chegarão ao final do ano e precisarão relatar a experiência do Tribunal, e que não é possível que algo aconteça e não se perceba que tenha relação com outras coisas que estão ocorrendo. Afirmou que neste ano a grande entrega será a conciliação e que terão também um capítulo que trate de saúde no relatório circunstanciado, onde seja relatado que se conseguiu entender que dentro de nosso dia a dia em cada unidade desdobrou-se o tema em várias ações e que este se traduziu em várias personagens. Desª Vania contemporizou que as Administrações passam e as instituições ficam e prosseguiu afirmando que a saúde, assim como a conciliação, são primordiais para serem atendidas e que o trabalho desempenhado pelas pessoas nos comitês e comissões não deve ser esquecido com a troca de Administração, exemplificando com os temas da equidade, de gênero, de autismo e informou que a Ouvidoria tem papel predominante nessa gestão. Bárbara comentou que foi acertada a escolha da Fabiana para coordenar a Coordenadoria de Saúde, vinda da Escola Judicial com toda uma experiência. Desª Vania afirmou que está muito contente com ela atuando lá. Bárbara mencionou que as demandas levantadas pela Carolina já estão todas com a Fabiana para tratar da reestruturação da Coordenadoria de Saúde e mencionou que a Drª Ellen, psiquiatra do Tribunal, poderia dar depoimento sobre como

as coisas estão lá. Drª. Ellen comentou que estão passando por um período de luto na Coordenadoria de Saúde com as aposentadorias de vários médicos, e acrescentou que na próxima semana ocorrerá também a saída do Dr. Cavalieri. Mencionou que gostaria de pontuar que a atuação da Fabiana está sendo excelente e que estão muito satisfeitos com o trabalho dela lá. Prosseguiu informando que estão preocupados com a quantidade de pessoas para atendimento e que em dezembro entrará em licença-gestante, quando permanecerão apenas a Drª Monique e o Dr. Marco. Contextualizou o cenário mencionando que o Dr. Cavalieri era quem atendia as demandas de Medicina do Trabalho e que com sua aposentadoria e a saída em licença, não haverá possibilidade de compor a junta médica, pois não haverá 3 médicos disponíveis. Fabiana comentou que estão propondo ações do que pode ser realizado com os recursos humanos que existem. Bárbara mencionou que estão, inclusive, vendo a possibilidade de contratar um médico do trabalho. Drª Ellen complementou que, com a quantidade de médicos restrita, não tem conseguido fazer só Psiquiatria e que está atendendo também em Clínica Geral, que é a maior demanda, além de desempenhar algumas funções administrativas como as perícias no interior. Esclareceu que o foco maior está no atendimento pericial psiquiátrico mas que se dedicam também à assistência, principalmente nessa época de inverno, quando tem atendido muitos casos de dor de garganta. Acrescentou que foi o combinado auxiliar nisso também, fazendo arranjo para manter as perícias e a assistência, pois algumas coisas tiveram que ser redimensionadas. Juíza Elisabete questionou se a psicóloga Caroline atua nos projetos em andamento de pré aposentadoria e acompanhamento de servidores em teletrabalho, mencionando que seria necessário fazer reuniões para dividir. Carolina propôs mapear o que está em andamento em função também do pedido do CNJ para acusar programas e acrescentou que é preciso colocar essas iniciativas “embaixo do mesmo guarda-chuva” para que se consiga fazer as duas vias andarem e perceber como as coisas devem ser administradas. Concluiu que o centro do tema saúde é a Coordenadoria de Saúde e que as iniciativas não podem começar em outras unidades para não serem perdidas de vista e ponderou que, apesar de parecer uma questão burocrática, é uma questão legal e até estratégica. Informou que é papel da AGE entender como as coisas estão acontecendo, mapear os comitês e as iniciativas que estão começando fora da Coordenadoria de Saúde para reunir toda a informação e levar para dentro dela. Estimou que em 30 (trinta) dias será possível construir um panorama do que pode ser feito, que será reportado à Presidência. Desª Vania comentou que se preocupa muito com o pessoal que está em teletrabalho. Prosseguiu dizendo que mesmo que exista o reporte das chefias, esses servidores têm que produzir 15% a mais que os que vêm ao Tribunal e estão trabalhando em condições que se desconhece. Acrescentou que sua preocupação é quanto a como está a estrutura de trabalho

com que eles contam. Maria Augusta comentou que é necessário formalizar o que está sendo feito no Tribunal, pois os servidores ficam sabendo pelos magistrados sobre algumas iniciativas que estão em andamento, sem que haja informação institucional do que está sendo feito e exemplificou mencionando a importância de ampliar as Rodas de Conversa. Bárbara concordou comentando que é necessário ter esses registros todos na Coordenadoria de Saúde e que não está sendo feito. Fabiana mencionou que considera importante que as ações de qualidade de vida passem pela DG e pela Presidência tramitando com mais agilidade, argumentando que diferem das ações de capacitação, que envolvem verbas. Desª Vania comentou que entende que as Rodas de Conversa são ações de qualidade de vida, são ações de saúde. Maria Augusta comentou que a Segesp processa o teletrabalho a partir de requerimento recebido do gestor ou do interessado, sem análise de perfil, e que, quando o servidor tem passagem pela Segesp/Acompanhamento Funcional é possível analisar se o requerimento deverá ser submetido à avaliação de perfil ou não, sendo que é possível que alguns casos de teletrabalho podem ter sido concedidos sem esta análise e sem que houvesse, talvez, recomendação dessa modalidade de trabalho, em razão de eventual atendimento ao interessado ter sido feito pela psicóloga ou psiquiatra do Tribunal, sem que a notícia tenha chegado à Segesp. Mencionou que, nos casos de dúvida quanto ao processamento de pedidos de teletrabalho a servidores com passagem pelo Acompanhamento Funcional, dado o entrosamento com a psiquiatra da Coordenadoria de Saúde, é feita uma avaliação preliminar. Desª Vania comentou que existem trabalhos que não são compatíveis com teletrabalho. Maria Augusta complementou afirmando que há servidores que não têm perfil compatível com teletrabalho. Desª Vania prosseguiu afirmando que é complicado o tema, pois cada um tem uma dinâmica de trabalho e cada um tem uma dinâmica familiar e que pode haver confusões entre a relação de trabalho e as demandas da vida pessoal. Prosseguiu afirmando que a pessoa precisa dar conta das demandas de trabalho. Maria Augusta sugeriu que seja adotado pelo “super comitê de saúde”, que será criado a partir da integração dos demais relacionados ao tema, o que se faz no Comitê de Combate ao Assédio Moral: o compartilhamento de informações de possíveis casos críticos, respeitado o sigilo. Caroline comentou que acha que não seria o caso do comitê intervir. Maria Augusta explicou dizendo que se trata do comitê saber o que está havendo no Tribunal para propor ações. Carolina ressaltou que não se deve tratar de casos. Maria Augusta concordou que não seria realmente para tratar casos. Desª Vania comentou que já se sabe como é difícil lidar com esses aspectos, que existem casos de assédio moral, assédio sexual, e que se deve cuidar para não expor a pessoa, tendo em mente que o assediador também está doente e tem que ser tratado. Juíza Elisabete perguntou à Caroline se queria falar algo a esse respeito. Caroline respondeu que não e que compareceu mais para escutar. Bárbara

trouxe a experiência da unidade socioambiental, mencionando que são abertos processos administrativos para que tudo seja registrado de forma que nas gestões seguintes a informação esteja disponível e acrescentou que, quanto ao tema de saúde, a Coordenadoria de Saúde deve ser o centro desses registros para fazer propostas de ações à Presidência a cada início de ano. Maria Augusta sugeriu que seja criado um grande programa de ação. Carolina mencionou que a história do tema socioambiental é o mesmo que se vê na saúde agora, e prosseguiu explicando que anteriormente havia profusão de iniciativas e um comitê atuando, sendo que após foi tudo concentrado na DG. Afirmou que agora, considerando o tema da saúde, é na Coordenadoria de Saúde onde está a saúde e que essa unidade está ligada à DG. Acrescentou dizendo que na questão socioambiental estamos evoluindo pois fomos mencionados como um Tribunal de referência na organização dessa área e comentou que esteve em Brasília na companhia da Anita, servidora lotada na DG, inclusive, e viram a relevância que esse tema adquiriu aqui. Desª Vania afirmou que se esforça e participa em todas as ações: Trabalho Seguro, Trabalho Infantil, dentre outras, e que por isso o Projeto Pescar é referência no nosso Tribunal. Comentou que às vezes dá trabalho fazer-se presente em todas as iniciativas, inclusive em finais de semana, mas que faz parte. Maria Augusta ponderou que o contato para captação das ações em andamento, pulverizadas - conforme Carolina, não deveria ser feito somente com as unidades do Tribunal, mas também com comitês e comissões, uma vez que podem existir ações por iniciativa destes.. Carolina retomou o assunto comentando que a proposta trazida seria finalizar a ata desta reunião, já desdobrar as tarefas e articular com a Desª Laís, coordenadora do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde. Prosseguiu explicando que o primeiro ponto seria declaratório sobre que vem sendo feito. Sugeriu criar uma frase “A saúde vai se transformar” ou algo como “A saúde vai mudar” ou “Nova saúde, novo paradigma”. Desª Vania ponderou que estamos em um cenário de redução de servidores e alargamento do trabalho e asseverou que o principal aspecto para ela é que todos cumpram 8 (oito) horas de trabalho, pois fizeram concurso para trabalhar essa carga horária e não existe, por longo prazo, nenhuma perspectiva de conseguir novos servidores. Ressalvou que no ano de 2018 ainda houve algumas nomeações, mas que agora a única perspectiva de chamar novos servidores é diante da morte de servidor ativo que não tenha dependentes, o que é raro, ou em casos de exoneração, como daqueles que são aprovados em concursos para Juiz. Concluiu que, fora isso, não há perspectiva alguma e que o Tribunal enfrenta, inclusive, problema para a reposição de juízes. Bárbara complementou afirmando que até mesmo o concurso de remoção de juízes está com problema. Juíza Elisabete sugeriu encaminhar o término da reunião. Caroline comentou que existem duas ações que precisam ver como podem ser organizadas, mencionando o acompanhamento de servidores em teletrabalho e

explicando que é iniciativa da Escola Judicial e que lhe parece ser uma demanda reprimida, pois se trata de ver como os servidores se sentem, buscar saber se precisam de apoio, assim como os seus gestores, e mencionou que a outra é o Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA). Bárbara afirmou que ambas ações já estão em andamento na Escola Judicial e que, inclusive, já foram despachadas pela Desª Vania. Maria Augusta explicou que essas atividades, na maior parte dos tribunais, são desempenhadas pela área de gestão de pessoas, que possui em sua estrutura a capacitação de servidores, o que não ocorre no TRT4, sendo, por isso, o processo encaminhado à Segesp para manifestação. Ressaltou que, no TRT4, a Seção de Capacitação e a Coordenadoria de Saúde são unidades independentes da SEGESP e que, portanto, no caso do PPA, a coordenação deve ser da Escola Judicial, sendo que a Secretaria está à disposição, especialmente por meio do apoio da Seção de Aposentadorias e Pensões na parte do programa que envolve os esclarecimentos relativos ao encaminhamento dos processos de aposentadoria. Caroline comentou que gostaria de pensar em conjunto para que a comunicação não seja tão demorada. Maria Augusta esclareceu que inúmeros são os projetos e ideias de melhorias em todas as áreas, sendo que ela mesma, desde que assumiu a Direção da SEGESP em janeiro de 2018, tem sobre sua mesa apontamentos de possíveis projetos e ações aos quais não consegue dar andamento por falta de recurso humano, principalmente porque, pelo déficit de servidores, o gestor é também executor de processos rotineiros. Flávia comentou que as ações que já estão sendo realizadas não precisam ser suspensas, acrescentou que a Presidência já autorizou e que é uma demanda que veio pela Escola Judicial. Desª Vania complementou dizendo que a Escola também está com a capacitação de juízes e servidores. Maria Augusta prosseguiu afirmando que muitos casos recebidos na SEGESP poderiam, talvez, ser evitados com ações preventivas e concluiu dizendo que essas ações envolvem, em sua maioria, capacitação. Carolina comentou que vão entender tudo que está acontecendo. Caroline mencionou que a preocupação que tem como profissional da saúde na Justiça do Trabalho nesse momento difícil é pensar que o TRT pode apresentar resultados, mas que as pessoas também precisam de cuidado. Acrescentou que fica preocupada com o controle como estratégia de produção. Desª Vania afirmou que no momento que estamos, em que assina aposentadorias diariamente de vários servidores que conhece há anos, e que vê que estão saindo, percebe que é preciso reorganizar a força de trabalho dos servidores da Justiça do Trabalho, pois há que se ter em mente que há muita gente que trabalha muito mais que 8h/dia. Prosseguiu dizendo que sabe também de servidores que, por princípio, cumprem jornada de trabalho de 6 horas e afirmou que isso não é mais possível. Contemporizou que não quer que ninguém adoença, mas que o Tribunal paga para a pessoa trabalhar 8h. Afirmou que não quer que trabalhem sábado nem domingo, mas as pessoas têm que

se organizar e trabalhar no horário que é para trabalhar, pois temos o dever de mostrar para a sociedade a razão de ser da Justiça do Trabalho. Prosseguiu dizendo que não pode admitir que achem a Justiça do Trabalho cara e o servidor deve trabalhar o horário para o qual fez concurso, concluindo que ou é isso ou daqui a pouco vão nos questionar, e com razão. Concluiu dizendo que estamos em uma situação cada vez pior, pois estamos com aposentadorias diárias de pessoas excelentes que estão indo embora e asseverou que o controle de jornada é requisito de uma Administração. Na sequência agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Reunião encerrada às 17 horas. Ata redigida pela servidora Gabriela Balbinot, Assistente da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e encaminhada eletronicamente para validação pelos presentes.